



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
BASE AÉREA DE ANÁPOLIS**

**PERMISSÃO DE USO Nº 0XX/BAAN/2026  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO (A) INTERMÉDIO DA  
BASE AÉREA DE ANÁPOLIS E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A União, por intermédio do MINISTÉRIO DA DEFESA, COMANDO DA AERONÁUTICA, Base Aérea de Anápolis, com sede na BR 414, KM 04, Setor Rural, na cidade de Anápolis, Estado Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.429/0178-52, neste ato representada pelo Comandante da Base Aérea de Anápolis, Ten Cel Av ANDRÉ NAVARRO DE LIMA GUIMARÃES, nomeado pela PORTARIA GABAER Nº 1262/GC1, DE 3 DE SETEMBRO DE 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e Ordenadora de Despesa da Base Aérea de Anápolis, Ten Cel Int LIGIA MARIA DE ALENCAR OLIVEIRA, designada pela PORTARIA COMPREP Nº 122/SPOG-10, DE 13 DE OUTUBRO DE 2025, amparado pela RICA 21-78/2023, e a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CEP: XXXXXXXXXXXX, doravante designado CONTRATADA, neste ato representada por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]OU[procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no Processo nº 67281.003994/2026-25 e em observância às disposições da Lei 9.636/1998 e Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 3.725/2001 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar a presente Permissão de Uso, decorrente do *[Pregão Eletrônico]*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns, de escolha da proposta mais vantajosa para a Permissão de Uso, a título Oneroso, de Bens Imóveis de Domínio da União de um lote único dividido em seis frações de espaço, composto por fração que totalizam uma área de 13.321,72 m<sup>2</sup> (treze mil, trezentos e vinte e um e setenta e dois metros quadrados), sob a responsabilidade da Base Aérea de Anápolis (BAAN), TOMBO GO.001-000, RIP Utilização 922100045500-2 localizada na BR 414, Km 04 Anápolis-GO, distribuídas em seis frações de espaço denominada áreas menores, conforme o exposto no Laudo de Avaliação Nº 001/SPI/2026, anexo a este processo e descritas na tabela abaixo, destinadas à exploração comercial

por empresa especializada em planejamento, organização, promoção e execução de eventos para atender às necessidades da BAAN e Unidades Sediadas, conforme condições, especificações, exigências, estimativas e quantidades estabelecidas, nos termos da tabela de itens em anexo, bem como neste instrumento e no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| L<br>O<br>T<br>E<br>Ú<br>N<br>I<br>C<br>O | ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DOS ESPAÇOS<br>(ÁREAS MENORES), COMPONENTES DO LOTE<br>ÚNICO, OBJETO DESTE TERMO   | QTD | TOTAL<br>ÁREA (m²) | VALOR<br>TOTAL (R\$) |
|---|------|---|-----|--------------------|----------------------|
|   | 1    | Área A- área coberta – 3.499,80 m² (três mil quatrocentos e noventa e nove e oitenta metros quadrados), para a cessão onerosa (3 HANGARETES).     | 1   | 10.891,72          | R\$ 16.642,77        |
|   | 2    | ÁREA C- área coberta – 4.952,32 m² (quatro mil novecentos e cinquenta e dois e trinta e dois metros quadrados), para a cessão onerosa (HANGAR 2). | 1   |                    |                      |
|   | 3    | ÁREA D- área coberta – 2.439,60 m² (dois mil quatrocentos e trinta e nove e sessenta metros quadrados) para a cessão onerosa (2 HANGARETES).      | 1   |                    |                      |
|   | 4    | Área B- área não coberta – 300,00 m² (trezentos metros quadrados), para a cessão onerosa (PRÓXIMO A SCOAM).                                       | 1   | 2.430,00           | R\$ 1.235,53         |
|   | 5    | ÁREA E- área não coberta – 1.890,00 m² (mil oitocentos e noventa metros quadrados) para cessão onerosa (EM FRENTE AO LABORATÓRIO DE ELETRÔNICA).  | 1   |                    |                      |
|   | 6    | ÁREA F- área não coberta – 240,00 m² (duzentos e quarenta metros quadrados) para cessão onerosa (AO LADO DA ÁREA E).                              | 1   |                    |                      |
| ÁREAS ABCDEF                              |      |   |     | R\$ 13.321,72      | R\$ 17.878,30        |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da assinatura do Termo de Permissão Onerosa, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de execução da Permissão de Uso será do dia XX de XXXXX de 2026 ao dia XX de XXXXX de 2026.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a esta Permissão de Uso.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a esta Permissão de Uso

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total estimado da Permissão Onerosa é de R\$ 17.878,30 (dezessete mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta centavos), dividido em ÁREA COBERTA e ÁREA NÃO COBERTA, acrescido das despesas com serviços públicos, conforme Laudo de Avaliação nº 001/SPI/2026, de 17 de março de 2026. O valor deverá ser recolhido mediante pagamento de GRU emitida pela BAAN.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para recolhimento do pagamento pela Permissão de Uso é de até 05 (cinco) dias úteis após o evento. Demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a esta Permissão de Uso.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a esta Permissão de Uso.

### **8. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações da Contratante:

8.2. Proporcionar todas as condições para que o PERMISSIONÁRIO possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações da Permissão de Uso, do Edital e seus Anexos e penalmente do Termo de Referência;

8.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.4. Notificar o PERMISSIONÁRIO por escrito de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

- 8.5. Zelar para que durante toda a vigência da Permissão de Uso sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo PERMISSIONÁRIO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.6. Zelar pela segurança interna da BAAN, que adotará todas as medidas necessárias para manter a paz e organização durante a realização do evento;
- 8.7. Coordenar, controlar e orientar a entrada de veículos dos expositores e visitantes, bem como os estacionamentos disponibilizados pela Comissão Organizadora;
- 8.8. Permitir acesso dos empregados do PERMISSIONÁRIO em suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto, quando necessário;
- 8.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados do PERMISSIONÁRIO;
- 8.10. Fiscalizar os serviços de instalação elétrica realizados pelo PERMISSIONÁRIO;
- 8.11. Fiscalizar os serviços de instalação de água e esgoto realizados pelo PERMISSIONÁRIO;
- 8.12. Organizar a exposição estática de aeronaves civis e militares;
- 8.13. Responsabilizar-se pelo Serviço de Segurança e Contra-incêndio;
- 8.14. Organizar o estacionamento de veículos;
- 8.15. Instalar as lixeiras e providenciar o recolhimento do lixo produzido pelo público, exceção feita às praças de alimentação e a limpeza dos banheiros químicos, que será de PERMISSIONÁRIO;
- 8.16. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.17. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.18. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.19. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- 8.20. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.21. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.22. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

8.23. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.23.1. A Administração terá o prazo de *05 (cinco) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.24. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *05 (cinco) dias úteis*.

8.25. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.26. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.27. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Edital, Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Executar o objeto na área cedida conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.3. Fornecer, transportar carregar, descarregar e operar todos os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários na qualidade e quantidade especificada;

9.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores prepostos ou representantes dolosa ou culposamente à União ou a terceiros;

9.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.6. Vedar a utilização na execução do objeto de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;

9.7. Apresentar à PERMITENTE até vinte e quatro horas antes do início das atividades, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do objeto;

9.8. 5.6.22.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas sociais, previdenciárias tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à PERMITENTE;

9.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

9.10. Relatar à PERMITENTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do objeto;

9.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta devendo completá-los, caso o previsto inicialmente sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer alguns dos eventos arrolados no do art. 124 da lei nº 14.133 de 2021;

9.14. Manter os empregados nos horários pré-determinados pela Administração. Não será permitido pernoite de funcionários ou colaboradores nas dependências da BAAN;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) ficando a PERMITENTE obrigada a reparar o dano ou efetuar o ressarcimento por meio de Guia de Recolhimento da União-GRU, exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao PERMISSIONÁRIO, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.16. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de pulseiras de identificação, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.17. Ao realizar trabalhos em altura cumprir rigorosamente a NR 35, quando for o caso;

9.18. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra utilizada para atuar nas instalações do órgão;

9.19. Atender as solicitações da PERMITENTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do objeto, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o PERMISSIONÁRIO relatar à PERMITENTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.21. Alertar a PERMITENTE de eventuais problemas ou interferências que possam afetar a qualidade ou o desenvolvimento dos eventos;

9.22. Executar todos os serviços obedecendo às normas Técnicas em vigor;

9.23. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, taxas, tributos, contribuições, fretes, descarregamento, armazenamento seguro e demais encargos referentes ao objeto da licitação;

9.24. Assumir exclusivamente o ônus e a responsabilidade de montagem e desmontagem de todas as tendas estandes, pisos, divisórias, carpetes, iluminação, rede elétrica, rede de água, rede de esgoto, mobiliário, sinalização, decoração, banners, equipamentos, estruturas e materiais para a realização do evento, tomando todas as medidas cautelares com relação à segurança dos funcionários, arcando ainda com todas as instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, ficando a cargo da PERMITENTE somente a disponibilização de pontos para alimentação das redes;

9.25. Dispor de assistência técnica permanente para equipamentos e serviços visando correção tempestiva de qualquer problema ou defeito surgido durante a montagem e realização do evento e manter uma equipe de profissionais capacitados na área de eletricidade e hidráulica, visando suporte técnico durante a realização do evento;

9.26. Caso o PERMISSIONÁRIO pretenda apresentar atrações artísticas e socioculturais para animação do evento, exemplo: músicas típicas e apresentações musicais ao vivo deverão apresentar um cronograma das atividades que serão desenvolvidas para aprovação da Comissão Organizadora do evento;

9.27. O PERMISSIONÁRIO deverá apresentar as dimensões da Praça de Alimentação e o número de mesas e cadeiras para aprovação da Comissão Organizadora do evento;

9.28. Não permitir a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos. Em caso de dúvida deverá ser solicitada a identidade da pessoa;

9.29. Manter a limpeza interna dos estandes e da praça de alimentação durante e após a realização do evento, orientando os expositores e comerciantes quanto à colocação de coletores de lixo na sua área de responsabilidade;

9.30. Assumir as despesas com o deslocamento para reuniões com a Comissão Organizadora, bem como alimentação e hospedagem da equipe do PERMISSIONÁRIO durante o planejamento e a execução do evento;

9.31. Disponibilizar mão de obra adequada e necessária no evento bem como alimentação identificação, uniformes e transporte de seus empregados;

9.32. Transportar, para o local do evento, os equipamentos, instalar, testar a funcionalidade, instruir os usuários quanto à operacionalização e após a realização do evento, providenciar suas desmontagens e seus recolhimentos;

9.33. Substituir no prazo de até uma hora, sem quaisquer ônus para a PERMITENTE, todo material e/ou equipamento constatado quando mau funcionamento, defeito ou divergência do que foi definido/solicitado ou o problema não puder ser solucionado tempestivamente pela assistência técnica;

9.34. Garantir o acesso da Comissão Organizadora ao local onde se realizará o evento para a realização de vistorias nos equipamentos e/ou serviços;

9.35. Responsabilizar pela integridade dos equipamentos e/ou materiais da PERMITENTE que estiverem formalmente sob os seus cuidados, ressarcindo-a por quaisquer prejuízos causados;



9.36. Preparar, verificar e acompanhar as condições necessárias para que o evento seja realizado a contento;

9.37. Orientar, coordenar acompanhar, dar ordens ao contingente alocado, resolver quaisquer imprevistos, inclusive a correção de situações adversas para o perfeito desenvolvimento das atividades;

9.38. Supervisionar os serviços dos empregados fornecedores e expositores, bem como pelo controle de funções e atendimento permanente aos participantes, fazendo presente durante todo o período do evento, da fase de montagem até a desmontagem total;

9.39. Todos os documentos obrigatórios, juntamente com as despesas quitadas, para a realização do evento deverão ser apresentados à PERMITENTE no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis antes da data de início da realização do evento sendo documentos obrigatórios aqueles indicados no artigo 15 da Lei Complementar nº 279, de 11 de julho de 2012, Código de Posturas do Município de Anápolis;

9.40. Fornecer os documentos, laudos de cada evento junto aos órgãos competentes;

9.41. Fiscalizar o condicionamento, preparação exposição dos alimentos a serem comercializados no local do evento em conformidade com as normas de vigilância sanitária, principalmente no que diz respeito à refrigeração das bebidas e dos alimentos perecíveis;

9.42. Recolher por meio da Guia de Recolhimento da União - GRU até 05 (cinco) dias úteis após o evento, os valores referentes à Permissão de Uso;

9.43. Responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação;

9.44. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salário, seguros de acidentes taxas, impostos, contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

9.45. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração seja ela qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da BAAN;

9.46. Fornecer números telefônicos e correio eletrônico para contato com a Comissão Organizadora do evento;

9.47. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

9.48. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços de forma a obter uma operação eficiente;

9.49. O PERMISSIONÁRIO se obriga a zelar e a manter em ordem e em boas condições as instalações e outras benfeitorias existentes e devolvê-lo no estado e nas condições em que ora recebe;

9.50. O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local escolhido para o evento (nas áreas locadas), um técnico em Segurança do Trabalho, durante todo o período de montagem, para o



início, e desmontagem, ao término do evento, da carga e descarga de materiais, de todas as estruturas, tendas, barracas, estandes, palanques, entretenimentos, banheiros, ornamentos, instalações, elétricas, hidráulicas e sonoras que vierem a ser feitas nestas áreas, fiscalizando e acompanhando todos os trabalhos, orientando e cobrando dos envolvidos, visando evitar acidente de trabalho;

9.51. Atender à Norma da ABNT NBR 15859-2010 para a utilização de brinquedos e equipamentos de diversão. Estes brinquedos e equipamento de diversão deverão estar localizados em locais protegidos do sol e deve haver uma pessoal responsável pelos mesmos, de modo que esteja presente durante a montagem, o uso e a desmontagem dos equipamentos;

9.52. Fiscalizar se os estandes e as praças de alimentação estão de acordo com prevenção de incêndio do corpo de bombeiros do Estado de Goiás. O não cumprimento da referida lei implicará na proibição do uso do espaço;

9.53. Apresentar o laudo do Corpo de Bombeiros quanto ao funcionamento dos equipamentos e atividades pertinentes a segurança do evento em tela. O PERMISSIONÁRIO deverá dar entrada do pedido de vistoria do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Goiás 30 (trinta) dias antes do evento;

9.54. Divulgar a todos os seus expositores cópia deste documento e fiscalizar o cumprimento das regras descritas no presente termo;

9.55. Garantir que os estandes que comercializem bebidas e alimentação atendam a todas as classes sociais, permitindo que o público possa optar por diferentes qualidades de serviço, fiscalizando para que os preços praticados durante o evento sejam compatíveis com o mercado local;

9.56. O PERMISSIONÁRIO deverá apresentar, no mínimo, três opções para a venda de produtos em geral. Exemplo: PIX, máquina de cartão e dinheiro em espécie;

9.57. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados no evento. Após, destiná-los a alguma associação de catadores de materiais recicláveis nos moldes previstos no Decreto nº 10.936 de 12 de Janeiro de 2022;

9.58. O PERMISSIONÁRIO deverá utilizar estritamente os pontos de energia e água indicados no “CROQUI dos Portões Abertos” anexo a este Termo de Referência;

9.59. O PERMISSIONÁRIO é responsável pela execução das Instalações Elétricas, hidráulicas e sanitária provisórias, devendo obedecer as NRs pertinentes;

9.60. O PERMISSIONÁRIO deve atentar para o uso de tomadas e disjuntores compatíveis com a carga a ser utilizada;

9.61. O PERMISSIONÁRIO deve atentar para não sobrecarregar um ponto de energia com várias tomadas, não utilizar fio paralelo e utilizar proteção adequada para fiação do ponto de energia até o aparelho consumidor;

9.62. Fica a cargo de o PERMISSIONÁRIO destinar os resíduos, ensacados, provenientes da limpeza, para locais indicados pela Comissão Organizadora;

9.63. No croqui dos pontos elétrico está indicada a potência de cada quadro e o padrão de tomadas existentes;

9.64. Para as instalações elétricas deverá ser utilizados cabos com proteção PP e, estes, devem ser fixados no solo ou paredes para evitar movimentação;

9.65. Não existe gerador disponível na BAAN. O PERMISSIONÁRIO deverá atentar para possíveis quedas elétricas;

9.66. No momento de executar as conexões nos quadros elétricos existentes, estes deverá ser acompanhado por responsável do Esquadrão de Infraestrutura-EIE;

9.67. No momento de executar as ligações de água e esgoto, estes deverá ser acompanhado por responsável do Esquadrão de Infraestrutura-EIE;

9.68. Anexo a este Termo de Referência encontrará o croqui dos pontos de água e esgoto e local onde deverá ser montada a praça de alimentação; e

9.69. As passagens de tubulações onde houver, fluxos (carro ou pedestre) deverá ser protegidas com canaletas que suportem os respectivos fluxos e peso.

## **10. CLÁUSULA NONA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Anápolis-GO, Seção Judiciária de Anápolis-GO - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Anápolis-GO, vide assinatura eletrônica.

ANDRÉ NAVARRO DE LIMA GUIMARÃES Ten Cel Av  
Comandante da BAAN

LIGIA MARIA DE ALENCAR OLIVEIRA Ten Cel Av  
Ordenadora de Despesas da BAAN

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS DA CONTRATANTE:

GEOVANE GONÇALVES ALVES Cap Int  
Agente de Controle Interno

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Gestor do Contrato